

A verdade psíquica e o trabalho do analista em sessão

Luis Jorge Martín Cabré,¹ Madrid

O trabalho aborda um dos tópicos mais atingidos pela cultura pós-moderna, a crise da racionalidade e da verdade, tentando reformular o seu lugar no seio da clínica psicanalítica e, mais especificamente, no trabalho do analista durante a sessão. Neste sentido, o autor entende como necessária a expressão verdade psíquica, diferenciando-a dos conceitos de verdade histórica de Freud e de verdade narrativa de Spence, pois o conceito de verdade psíquica especifica o âmbito próprio da psicanálise, qual seja, o reconhecimento da realidade psíquica do indivíduo. É justamente a delimitação deste âmbito que permite à psicanálise conceitualizar os aspectos da vida psicoafetiva da mente inconsciente do ser humano com critérios de significação e esquemas referenciais próprios. O autor examina o pensamento de Freud sobre o tema, especialmente em Construções em análise, intercalando-o com as contribuições feitas por Ferenczi em A elasticidade da técnica psicanalítica e O problema do fim da análise, obras que abordam a questão da humildade e da paciência no saber do analista, abrindo as portas para os estudos de autores posteriores como Balint, Winnicott e o próprio Bion.

Palavras-chave: Pós-modernismo; Verdade psíquica; Elasticidade da técnica; Trabalho do analista em sessão; Humildade e paciência do analista

¹ Psicanalista. Membro titular em função didática da Associação Psicanalítica de Madri (APM). Analista de crianças e adolescentes.

Enfrentar um argumento estritamente psicanalítico que inclua (referencialmente) o paradigma cultural pós-moderno não é tarefa fácil. O conceito de pós-modernismo é utilizado e aplicado aos mais variados campos do saber e da cultura – da arte, da filosofia, da sociologia, da moral, da política – com um paradigma preponderante: a recusa da lembrança, do pensamento e do desejo a favor da incerteza, da ambivalência e da ambiguidade.

Sim, Freud foi o primeiro a colocar em discussão a centralidade do saber positivo ao descobrir as motivações inconscientes da mente humana, mas as características atuais do mundo pós-moderno, da globalização, do uso das novas tecnologias e das novas concepções da sexualidade substituíram os valores da certeza e da transparência pelos valores do caos e da incerteza.

Assistimos à desconstrução do ideal e do fundamento da modernidade, da autoridade em todas as suas vertentes, e à perda de limites, circunstâncias que colocam em debate as próprias bases que sustentaram a nossa formação como analistas, dificultando a escuta e a absorção das novas modalidades culturais com que a sociedade atual nos envolve e das quais os nossos pacientes se nutrem.

Por isso, neste breve trabalho, pretendo enfrentar um dos assuntos mais afetados pela cultura pós-moderna, a crise da racionalidade e da verdade, tentando reformular o seu lugar no seio da clínica psicanalítica. Inicialmente, Freud foi um apaixonado defensor da verdade científica e racional, fazendo da experiência psicanalítica uma busca da verdade de si mesma, de sua história e de seu próprio mundo interior. Com certeza, a verdade que a psicanálise pode descobrir e aceitar não é uma verdade objetiva científica e demonstrável historicamente, mas uma verdade psíquica, subjetiva.

Um dos problemas mais difíceis e controvertidos que nós, psicanalistas, podemos nos deparar seria, em minha opinião, a que grau de conhecimento da verdade sobre o ser humano podemos chegar pela psicanálise e qual a relação possível de se estabelecer entre o conhecimento da verdade e a mudança psíquica. Além disso, quais são os conteúdos da verdade psíquica com que nós, psicanalistas, trabalhamos?

De certo modo, é de se pensar que a epistemologia atual soube recuperar o conceito de *verdade científica*, diferenciando-o tanto do dogmatismo neopositivista quanto do ceticismo subjetivista. Esta conquista da epistemologia moderna nos permite entender que a *verdade científica*, incluindo o âmbito psicanalítico, não pode nunca ser absoluta e universal, mas se limitar a seus próprios objetos que constituem aspectos limitados da realidade. Neste sentido, e nesta linha

de pensamento, não apenas me parece feliz, como quase diria indispensável, a expressão *verdade psíquica*. Tal conceito especifica o âmbito próprio da psicanálise, qual seja, o reconhecimento da realidade psíquica do indivíduo. É precisamente a delimitação deste âmbito que permite à psicanálise conceitualizar os aspectos da vida psicoafetiva da mente inconsciente do ser humano com critérios de significação e esquemas referenciais próprios.

É do conhecimento de todos que, com argumentações de orientação muito diferente, tanto Popper (1963, 1974) quanto Grünbaum (1984, 1993) tentaram demonstrar que, na psicanálise, não ocorrem as condições necessárias para poder atribuir-lhe a natureza de disciplina científica. Por um lado, Popper fundamenta sua afirmação na impossibilidade de controlar empiricamente as hipóteses psicanalíticas devido a razões tanto lógicas quanto metodológicas; por outro, Grünbaum, embora considere as principais hipóteses freudianas empiricamente controláveis, exclui a possibilidade de que possam ser convalidadas de forma clínica, privando assim a psicanálise de qualquer possibilidade de autonomia epistemológica.

Pois bem, em minha opinião, o ataque que ambas as argumentações dirigem aos fundamentos clínicos da psicanálise se baseia em um pressuposto atualmente inaceitável, que é o de identificar a *verdade psicanalítica* com a *verdade histórica*. Contudo, a que exatamente nos referimos quando falamos de verdade histórica?

Realmente, hoje em dia continuamos estimulados a nos perguntar, como analistas, sobre a natureza desse conhecimento e sobre a relação epistemológica que mantém com outras categorias do saber psicanalítico e, de maneira especial, com a ideia de *verdade psíquica*. Perguntamo-nos, essencialmente, quais são os conteúdos psíquicos com que trabalhamos e se a interpretação psicanalítica reconstrói uma realidade preexistente, uma lembrança infantil que o paciente repete de maneira inconsciente na relação analítica, ou até que ponto ambos constroem conjuntamente uma verdade nova em um espaço narrativo inédito possibilitado pela relação analítica. Dito de outra forma, a interpretação busca reconstruir o passado como pretendia Freud com *O homem dos lobos* ou se limita ao aqui e agora da relação transferencial? Existe um passado reconstruível ou a interpretação é exclusivamente uma produção que dá conta da realidade psíquica tanto do paciente como do analista dentro de uma relação intersubjetiva na qual, como assegura M. Baranger (1992), ambos os participantes são definidos um pelo outro? Na interpretação, trata-se de chegar a um conhecimento codificado e estratificado no tempo ou de levar a cabo uma tarefa criativa interpessoal carregada de significado?

O ponto de vista de Freud

Para Freud, certamente não tinha sentido a veracidade fática de uma lembrança e menos ainda diferenciá-la da fantasia. Entretanto, isto nos leva a supor que a realidade fática e a fantasia pertencem a dois níveis diferentes sem relação entre si? Ou, então, que a fantasia recolhe e processa elementos de realidade histórica que sofreram uma reelaboração em função das necessidades defensivas? A primeira possibilidade romperia a dialética entre o interno e o externo, ao passo que a segunda suporia a reinstauração e, principalmente, o encontro entre a pulsão e o objeto.

Na verdade, Freud nunca desistiu de procurar o fundamento das situações traumáticas em fatos ocorridos na realidade, argumentando, inclusive, que a fantasia sempre recolhia um *grão* de verdade histórica. Uma verdade histórica que Freud, ao explicar a universalidade de certas fantasias potencialmente patógenas, transformava em filogenética, quer dizer, em uma herança arcaica de traumas ancestrais vividos em épocas arcaicas da humanidade.²

No entanto, o trabalho em que Freud desenvolve a linha de pensamento teórico mais sugestiva sobre a questão da verdade é possivelmente *Construções em análise* (1937), texto de enorme complexidade no qual apresenta questões teóricas de considerável modernidade e que, ao partir aparentemente de um problema meramente técnico, acaba por enfrentar uma profunda reflexão sobre a verdade, talvez constituindo uma semente do pensamento pós-moderno. Não pode ser casual que, em especial a partir dos anos 70, este texto de Freud tenha sido objeto de inúmeros trabalhos de analistas e estudiosos de outras disciplinas, tanto defensores quanto detratores da psicanálise.

É surpreendente que, 50 anos antes da tese de Grünbaum que coloca em discussão a validade das hipóteses da teoria psicanalítica, Freud (1937) enfrentasse nesta obra o problema da verificabilidade da psicanálise.

O analista [diz Freud] deve descobrir ou, para ser mais exato, construir o material esquecido a partir dos rastros que tenham ficado acessíveis a fim

² A dúvida sobre se a lembrança dos acontecimentos infantis obedecia a fantasias ou a fatos reais atormentou Freud e o encheu de incertezas. Assim, por exemplo, na conferência no 18 de *Conferências introdutórias à psicanálise* (1916-1917), considerava que não poderia se descartar as considerações sobre o traumatismo como errôneas e, em *História de uma neurose infantil* (1914), afirmava que “a velha teoria do trauma recuperou de repente sua validade” (p. 87). Se, certamente, em *Um estudo autobiográfico* (1925), comentando *A etiologia da histeria*, seu trabalho de 1896, afirmava que “para a neurose valia mais a realidade psíquica que a realidade material”, em *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926) lamentava-se de não dispor de uma só análise de neurose traumática, ao passo que, em *Moisés e o monoteísmo* (1939), revalorizava de novo a importância do trauma.

de alcançar uma ideia o mais completa e verossímil dos anos esquecidos da vida do paciente. O trabalho do analista é um trabalho de construção ou, se assim se preferir, de reconstrução (p. 259).

Vale a pena se deter nesta frase. Ela é ambígua, mas exatamente por isso adquire um enorme valor criativo. Freud deixa supor que ambos os conceitos são equivalentes e intercambiáveis. No entanto, considero que, longe desta possibilidade, Freud levou em conta a diferença nítida e substancial entre construções e reconstruções, uma vez que esta diferença foi o núcleo do problema metodológico enfrentado por Freud em *Moisés e o monoteísmo*. Nesta obra, contemporânea ao seu trabalho de *Construções*, por um lado Freud estabelecia uma comparação constante entre a formação de lendas, a historiografia antiga e as construções defensivas do paciente sobre seu próprio passado. Por outro, a obra instaurou uma conexão entre a lenda religiosa e a sua *construção*, bem como entre a construção mítica do paciente e as interpretações e reconstruções do analista. Assim, portanto, o debate entre construção narrativa e reconstrução histórica, algo que interessou a Freud desde o começo de sua obra, abriu-se a novos desenvolvimentos no final de sua vida. Mais ainda, ocorreu uma mudança substancial em sua concepção.

Na verdade, apesar de realizar numerosas analogias entre o trabalho arqueológico e o psicanalítico, Freud (1937) também afirmou que a diferença principal entre os dois é que “enquanto para a arqueologia a reconstrução coincide com a meta e é a consequência final de todos os esforços realizados, para a análise a construção é apenas um trabalho preliminar” (p. 262). Quer dizer, as *escavações* do analista no inconsciente do paciente ou, se se preferir, a *via di levare* que, naquela altura, tinha coincidido com o método psicanalítico, representariam agora somente uma parte. São um trabalho preliminar apenas. Aquilo que descobrimos explorando, reconstruindo e construindo o inconsciente de nossos pacientes tem apenas o valor de hipótese, não possui nenhuma autoridade e é unicamente uma conjectura à espera da resposta do paciente. Desta perspectiva, o paciente se transforma em alguém que interfere continuamente na competência do analista, obrigando-o a remodelar suas considerações.

Em minha opinião, este ponto é de especial interesse porque permite comprovar a proximidade de algumas concepções de Bion com o pensamento de Freud. Aparentemente, existiriam diferenças muito consideráveis entre ambos, pois, para Freud, o analista trata de encontrar elementos que tiveram uma realidade em um passado remoto e existe uma história imaginável a partir de uma lógica arcaica e esquecida, ao passo que, para Bion, o analista trabalha com fragmentos

de coisas-palavra que ainda não tiveram existência alguma porque nunca tiveram lugar onde poderiam existir. Além disso, para Freud, o paciente só pode reencontrar o que perdeu, pois o que se perdeu foi depositado no inconsciente, enquanto que, para Bion, o analista tenta recompor, em um caleidoscópio de tempos e espaços entrelaçados, fatos que nunca existiram ou, mais ainda, tenta construir um espaço adequado para que fatos impensáveis possam ser nomeados.

Mas Freud afirmava, em *Construções em análise*, que, na construção do analista, a questão fundamental não é a memória, sendo possível, durante toda a análise, não ter acesso à lembrança do paciente. Pelo contrário, se a análise foi feita corretamente, obteremos uma convicção segura da exatidão da construção, e esta *convicção* é equivalente ao efeito que produz a recuperação da lembrança. Embora as lembranças com certeza não se formem no *vazio*, a ideia de Freud é que a *construção* obtida pelo analista é uma *verdade nova*. Isto não era novo. Em 1899, em *Lembranças encobridoras*, Freud já afirmava, com extraordinária intuição clínica, que as lembranças infantis não emergem, como as pessoas costumam afirmar, mas que se formam no próprio instante, através de uma percepção determinada pela *Nachträglichkeit*. Pensemos, por exemplo, no conceito de Bion da *narração como transformação*; na tese de Spence e Stern, a qual assegura que *as construções psicanalíticas são narrações produzidas somente em um campo interativo* e em muitos dos trabalhos neurofisiológicos e neuropsicológicos contemporâneos sobre a memória como construção e não como arquivo. Na mesma linha de pensamento, mas de uma perspectiva rigorosamente freudiana, S. Viderman (1970) afirma que a verdade histórica não é reencontrada na cura, e sim que é construída nela.

Contemplando todas estas perspectivas, considero que o valor que Freud atribui à construção nos aproxima de uma reflexão clínica de grande modernidade.

Certamente, partindo da ótica de Freud, no trabalho clínico é necessário pôr em andamento um trabalho de decifração para descobrir, atrás das lembranças encobridoras e das construções do paciente, sua verdade histórica, do mesmo modo que a verdade histórica de um povo deve ser decifrada a partir do material lendário e do material falseado pela historiografia antiga. Contudo, além disso, do mesmo modo que instaura um jogo entre a lenda religiosa e a sua construção, entre o objeto que se tem que explicar e o discurso que o explica, na relação analítica se instaura, para Freud, um jogo entre a construção mítica do paciente e as interpretações e reconstruções do analista.

É certo que Freud procurava tenazmente o fato esquecido e reprimido que lhe escapa e que não se consegue documentar. No entanto, embora esta concepção seja discutível, graças a ela consegue formular a sua intuição de que o reprimido se transforma em *verdade histórica* para o paciente através do trabalho analítico, e

de que a construção narrativa mítica e, às vezes, delirante do paciente se constitui em verdade histórica através de suas palavras quando alguém, um analista, toma tais palavras como verdade, embora ela não se situe em nenhum lugar definido.

Por outro lado, o retorno do reprimido e a compulsão à repetição são, além de duas modalidades de funcionamento do aparato psíquico, duas formas de conhecimento. Ambas intervêm e participam na construção do saber psicanalítico. A compulsão à repetição tende a fazer agir na cena transferencial o que está reprimido e, ao mesmo tempo, o retorno do reprimido confere um sentido tanto ao que ocorreu no passado como ao que se reedita na relação analítica. Desta perspectiva, podemos falar de construção somente na medida em que o sistema transferencial-contratransferencial gere as premissas para que as lembranças emergjam. Quer dizer, tanto a autoanálise do analista como a reconstrução analítica constroem conjuntamente a mesma realidade que investigam.

O analista necessita da construção se deseja ter acesso à fantasia inconsciente, pois esta só pode ser reconstruída porque, na realidade, não é, por sua vez, mais que uma construção. Encontramos um exemplo paradigmático em *Uma criança é espancada* (Freud, 1919). Quando Freud afirma que “Meu pai me bate”, está se referindo a um fato que nunca teve uma existência real e que, além disso, esta fantasia permanece inconsciente e só pode ser reconstruída durante a análise.

Outro aspecto interessante para a reflexão é a questão da *oposição entre verdade histórica e verdade narrativa* defendida por Spence (1982). Efetivamente, Spence tentou resolver a eterna questão e o eterno debate entre psicanálise e história, opondo verdade histórica a verdade narrativa, negando à psicanálise qualquer pretensão de acesso à primeira ao defender a ideia de uma narratologia psicanalítica, ou, se assim se prefere, de uma *verdade narrativa*. No entanto, a questão não é completamente resolvida. Por um lado, é certo que o valor de realidade e, principalmente, de verdade da narração do paciente se sustenta nesse dispositivo tão particular que denominamos *enquadre*, no qual o discurso do paciente se transforma em discurso vivo e o saber vira um saber que sustenta a existência graças às investidas emocionais tanto transferenciais quanto contratransferenciais capazes de animar e sustentar a relação analítica. Mas, por outro lado, não é menos certo que estas novas investidas substituem outras investidas anteriores estabelecidas com objetos mais antigos e, sobretudo, testemunhas da realidade histórica do sujeito.

Pessoalmente, acho que poderíamos encontrar uma das chaves para resolver esta controvérsia menos na argumentação de Spence que na tese defendida por W. Loch, um dos maiores especialistas em epistemologia psicanalítica contemporânea, quando afirma que nós, psicanalistas, deparamo-nos com duas acepções diferentes

de verdade que, mais do que se opor, acabam se integrando reciprocamente. Uma seria a ideia de verdade entendida como *fato histórico*, quer dizer, uma verdade que existiu desde sempre e que solicitaria unicamente a possibilidade de se expressar. A outra acepção seria a da verdade entendida como *sentido de algo* que emerge enquanto o processo de interação se configura. Este tipo de verdade é aquela que sustenta a existência do indivíduo e que precede a verdade histórica.

E aqui reside, em minha opinião, um ponto extremamente importante. A verdade entendida em qualquer uma das acepções que até agora contemplamos não é um evento solipsista, mas algo verificado necessariamente no terreno da concordância recíproca e, portanto, no seio de uma relação. Como afirmava Balint (1961), não só é essencial que a terapia analítica tenha sentido para o paciente como também precisa tê-lo para o analista. Esta definição de verdade é essencial para o nosso trabalho de analistas, pois tudo o que acontece na relação analítica, no diálogo analítico, trata sempre de encontrar alguma coisa na comunicação verbal e não verbal do paciente que possa lhe permitir entender sua vida psíquica e suas funções psíquicas de um novo ponto de vista, de uma nova perspectiva, que lhe pareça sensata. Partindo deste ponto de vista, o trabalho analítico consistiria na busca do sentido como verdade e na busca da verdade como sentido. Esta seria a linha de pensamento que, surgida das primeiras inovações técnicas de Ferenczi, foi desenvolvida graças às contribuições inestimáveis de Balint, Bion, Winnicott e M. Khan, entre outros.

A contribuição de Ferenczi ao problema da verdade

Posicionando-me acerca destas reflexões, tentarei demonstrar como Ferenczi, em algumas de suas últimas obras, forneceu uma série de respostas que ainda hoje continuam tendo validade, mas que, como veio acontecendo com algumas de suas intuições mais geniais, foram pouco levadas em conta ou diretamente ignoradas no meio da teorização psicanalítica, e que sintonizam com alguns critérios do pensamento pós-modernista.

Um dos pontos em que Ferenczi (1928) insiste com maior contundência é na relatividade do saber do analista, ou seja, na necessidade de suportar contratransferencialmente a angústia de não saber e inclusive de saber que não sabe. Não se trata apenas de afirmar que não existe uma técnica psicanalítica definitivamente estabelecida como que:

Não há nada mais prejudicial para a análise que uma atitude de professor do ensino fundamental ou de médico autoritário. Todas as nossas interpretações devem ter o caráter mais de uma proposição ao invés de uma afirmação certa, e isto não apenas para não irritar o paciente, mas porque realmente podemos nos enganar (IV, p. 66).

Mesmo que Ferenczi, anos atrás, já tenha apontado em seu trabalho em coautoria com Rank os perigos derivados do “excessivo saber do analista” (1924, p. 275), relacionando-o à *contratransferência narcisista*, é no trabalho sobre a *Elasticidade da técnica psicanalítica* (1928) que Ferenczi introduz a importância da humildade como um fator essencial da técnica e da ética de todo psicanalista. Começa a insistir no perigo de certas atitudes técnicas que reproduzem a situação infantil traumática do paciente, propondo uma ideia da interpretação que se distancia da posição do analista onisciente para se aproximar de uma escuta das autorrepresentações do paciente as quais, embora inconscientes, estão presentes no material que transmite. O analista deve abandonar todo tipo de atitude superegoica e escutar humildemente o paciente, o que equivale a dizer *sentir como ele*, empaticamente, os seus movimentos afetivos profundos.

Pensemos, apenas a título de exemplo, como esta ideia foi recolhida por alguns autores posteriores. Em *O brincar & a realidade* (1971), Winnicott destaca como o analista deve tentar esconder o seu saber e, principalmente, evitar ostentá-lo. Apenas na medida em que o analista seja humilde, poderá auxiliar no surgimento do saber do paciente. A criatividade do paciente, afirma Winnicott, “pode ser roubada com extrema facilidade pelo terapeuta que sabe demais” (p. 83). Esta afirmação equivale a dizer que, no fundo, o excesso de saber do analista suscita no paciente um efeito traumático, uma vez que dificulta a capacidade deste para representar e simbolizar processos mentais de maneira autônoma.

Por outro lado, e a partir de esquemas referenciais muito diferentes, além da exortação lacaniana tão conhecida de *deixar o saber em segundo plano* ou da ideia do *analista como lugar do suposto saber*, Videman, em *Construction de l'espace psychanalytique* (1970), argumenta a favor de uma concepção relativista da verdade que a psicanálise pretende alcançar, protegendo-a, por sua vez, contra todo o dogmatismo teórico suscetível de ser aplicado à cura analítica.

Mais incisiva ainda, se é possível, é a tese defendida por Spence (1982) a respeito da verdade narrativa, sobre a qual já me referi anteriormente. Este autor, convencido do fracasso do modelo metapsicológico de Freud, defende a ideia de uma *interpretação interminável* direcionada essencialmente a produzir *algo*, um efeito. Não se trata, portanto, de saber se é verdadeira ou falsa, o que importa são

seus efeitos. A verdade da interpretação se refere mais ao presente e ao futuro que ao passado.

No entanto, estas ideias estavam presentes, ou pelo menos esboçadas, na proposição radical de Ferenczi sobre a humildade do analista, algo que o levava a acreditar em seus pacientes, a acreditar, ao contrário de Freud, em sua *neurótica*, e a confiar em sua verdade até as últimas consequências. Contudo, a que, na verdade, Ferenczi se referia quando falava de humildade do analista? Ferenczi se refere à necessidade de aceitar os limites de nosso saber, o qual deve se diferenciar radicalmente da *sabedoria habitual que utiliza o médico onisciente e onipotente* com seus pacientes.

Portanto, a humildade do analista implica, fundamentalmente, em acreditar no paciente, acreditar na versão de seus afetos, em seus medos, em sua dor, em seus delírios e acreditar em tudo isso até as últimas consequências, quer dizer, o analista estar disposto a sacrificar as próprias teorias e as próprias convicções interpretativas quando estas não funcionam ou resultam clinicamente ineficazes, contrapondo-se, ao *fanatismo interpretativo*, que em tantas ocasiões havia desprezado.

Além disso, ser humilde significa deixar a iniciativa ao paciente e suportar manter-se à margem, aceitando, portanto, o papel de quem está disposto a se deixar *construir, desconstruir* e, inclusive, *destruir* pelo paciente. Se o analista renuncia à pretensão de conhecer a realidade e se interessa pela irrealidade da realidade psíquica, poderá se aprofundar muito mais na vida psíquica do paciente em conjunto com ele, adquirindo o tato, a capacidade empática, a capacidade de *sentir com* e de *pôr-se na pele do outro*³ ou, como sugere Speziale-Bagliacca (1997) – desta vez ainda mais ferencziano que o próprio Ferenczi –, passando a possuir a capacidade de desenvolver essa determinada atitude receptiva-ativa que se caracteriza em *deixar que o outro entre dentro de nós e nos fale*.

Certamente, no processo analítico, a verdade é a consequência de uma *cooperação textual* e, de maneira especial, de um processo interpretativo interminável no qual se sucedem mensagens e interpretações do analista e do paciente. A interpretação, portanto – e a intuição de Ferenczi parece apontar nesse sentido –, é um processo intrapsíquico, tanto do analista como do paciente que se inter-relacionam reciprocamente sem solução de continuidade.

O analista deve aceitar, por exemplo, as ideias delirantes de um paciente psicótico como se fossem corretas, como se fossem possíveis, o que permite não

³ “[...] Se conseguimos, *ajudados por nosso conhecimento*, formado pela dissecação de numerosos psiquismos humanos e principalmente pela dissecação do nosso ego, fazer presentes as associações possíveis ou prováveis do paciente que ele ainda não percebe, podemos adivinhar não só os seus pensamentos como também as tendências que são para ele inconscientes [...]” (*Elasticidade da técnica psicanalítica*, p. 61).

só que o analista possa penetrar com a maior profundidade possível na realidade psíquica dele como principalmente considerar que também o ego do paciente é possível. O analista deve deixar de levar em conta, pelo menos de maneira provisória, o problema da realidade material e conceder toda a importância à questão da verdade, inexoravelmente unida à dinâmica da interpretação.

Estas ideias, que poderiam ter levado Ferenczi a posturas de cunho niilistas, em troca o conduziram, de forma paradoxal, a captar o papel absolutamente essencial da contratransferência no tratamento analítico (Martín Cabré, 1999).

Entre as grandes intuições teóricas ferenczianas que deram uma contribuição considerável ao problema da interpretação psicanalítica encontra-se outra das virtudes que deveriam balizar a atitude e a escuta interpretativa do analista: a paciência. O analista deve ter paciência ou, se assim se prefere, o analista deve também *ser paciente*. Ferenczi (1927) aborda de maneira concreta a questão da *paciência* em um trabalho contemporâneo ao anteriormente referido sobre a *Elasticidade da técnica psicanalítica*, o qual chamou de *O problema do fim da análise*. Mais uma vez, a preocupação com a verdade leva Ferenczi a uma profunda reflexão sobre a interpretação psicanalítica, embora neste caso aborde a questão do vértice oposto, quer dizer, a partir da mentira. “O que fazer em um caso em que o patológico consiste justamente na necessidade de mentir?” (p. 293), ele se pergunta.

Parece que Ferenczi imaginava um itinerário, ou melhor, um percurso que, graças à análise, permitisse o acesso à interrupção absoluta da mentira através da neurose de transferência, algo que permitia situar a mentira no analista e relacioná-la com ele. Somente o desaparecimento completo da mentira permitiria pensar no fim da análise e na dissolução da transferência.⁴

Contudo, se nos detivermos um instante na reflexão de Ferenczi, vamos observar que, atrás do argumento técnico e principalmente clínico, ele está aludindo a uma questão de vital importância: o narcisismo do analista (Antonelli, 1997). Segundo Ferenczi, o que na realidade constitui um sério desafio ao narcisismo do analista não é que o paciente deprecie suas interpretações ou as desminta por considerá-las falsas e inadequadas, mas sim uma operação mental, de caráter totalmente narcisista por sua vez, como é a mentira, que põe em discussão a credibilidade do analista. Os pacientes que mentem *analizam* o analista, às vezes com grande habilidade, através das palavras, dos gestos ou do silêncio deste, descobrindo os menores sinais de seus movimentos inconscientes. O analista, afirma Ferenczi (1927), “deve suportar tais tentativas de análise com enorme paciência; é um esforço quase sobre-humano, mas que sempre vale a pena [...]” (p. 55). Em

⁴ “[...] o neurótico não pode se considerar curado enquanto não renunciar ao prazer das fantasias inconscientes, quer dizer, da mentira inconsciente [...]”.

função desta situação, o *analista narcisista* se transforma em um *analista-paciente*. Entretanto, a firmeza diante deste assalto geral do paciente impõe como condição prévia “que o analista tenha finalizado sua própria análise [...]” (p. 55).

Alguns anos mais tarde, Bion (1970) afirmou que quem introduz formulações falsas sabe que são falsas, mas as mantém como uma barreira contra proposições que levariam a um caos psíquico e emocional intolerável. Também o analista, no trabalho analítico com cada um de seus pacientes, necessita elaborar dentro de si mesmo todas as dúvidas que eles lhe colocam não só acerca da solidez de seus esquemas referenciais como sobre a veracidade dos mesmos. Nesses momentos, não só é de grande ajuda e orientação a análise de nossa própria contratransferência, como a inexorável necessidade de atravessar a máxima socrática de *saber que não sabemos* e suspender momentaneamente o nosso julgamento e, como diria Bion, nosso desejo e nossa memória.

Através deste trabalho interno (*working through*) do analista, o paciente, embora conscientemente não saiba de nada, pode experimentar de forma emocional e introjetar um objeto que, sem imposições e tolerando a espera inevitável, passa a acompanhá-lo na busca de uma verdade, da qual talvez faça depender imaginariamente o destino de seu sofrimento psíquico. Para que esta situação se produza, se faz muito necessário, como defendia Ferenczi, que as palavras do analista *soem* autênticas, *soem a verdade*, e isto só pode ocorrer através do contato consciente com as emoções que o paciente nos faz sentir e tem a necessidade de nos fazer sentir. Por sua vez, a narração do paciente adquire o valor de *realidade* e, principalmente, de *verdade* apenas dentro desse dispositivo tão especial que é o *enquadre* analítico, em que o discurso se transforma em um discurso *vivo* e o saber em um saber que sustenta a existência porque alguém, o analista, escuta as palavras do paciente como verdade.

Como Ferenczi, Bion também utiliza, em sua teorização psicanalítica, o conceito de *paciência* em sua dupla acepção, qual seja, de *sofrimento* e de *tolerância à frustração*. Para Bion, o analista deve ter a capacidade de suportar não somente situações de absoluta obscuridade e incompreensão do material do paciente, como sentimentos de angústia persecutória, característicos da posição esquizoparanoide. Com uma linguagem diferente, Ferenczi coincide com algumas das afirmações de Bion ao enfatizar que o fracasso terapêutico de muitos analistas não se deve às resistências inacessíveis nem ao narcisismo impenetrável do paciente, mas às próprias dificuldades do analista, especialmente a sua insensibilidade e a sua falta de tato e de empatia. Por isso, quando fala de final de análise, também se refere implicitamente ao final da análise do analista e, portanto, à contratransferência. Para Ferenczi, que obviamente já tinha em mente a ideia da análise mútua, a

análise podia se dar por terminada somente se também se desse por terminada a análise do analista.

Ao dar ênfase à participação emocional do analista no processo analítico e ao grande valor que adquire a contratransferência, Ferenczi ressalta também a importância da pessoa do analista, em especial de sua própria análise como um instrumento essencial do trabalho analítico, porque, dado que, para Ferenczi, o problema do fim da análise era inseparável de sua concepção psicanalítica do trauma, como poderia o analista, sem uma análise consistente de si mesmo, enfrentar e conter a intensa dor e sofrimento que provocará no paciente ao longo do processo analítico, sendo consciente de que a situação traumática haverá de se reproduzir na relação transferencial? □

Abstract

Psychic truth and the in-session analyst's work

This paper addresses one of the issues most affected by postmodern culture, i.e. the crisis of rationality and truth, and seeks to reformulate its place within psychoanalytic clinic and, more specifically, in the analyst's work during the session. In this regard, the author maintains that the expression *psychic truth* is necessary, and distinguishes it from the concepts of *historical truth*, as Freud conceived it, and of *narrative truth* put forward by Spence. Indeed, the concept of *psychic truth* refers to the specific field of psychoanalysis, that is the recognition of the individual's psychic reality. Delimiting that field allows psychoanalysis to conceptualize aspects of the psychoaffective life of human beings' unconscious mind with its own specific significance criteria and reference schemes. The author examines Freud's views on such a topic, by mainly referring to *Constructions in analysis*, and also resorts to the contributions made by Ferenczi in *The elasticity of psychoanalytic technique* and *The problem of the end of analysis*. Such works address the issue of humility and patience in the analyst's knowledge, and pave the way for later studies such as those conducted by Balint, Winnicott and Bion himself.

Keywords: Postmodernism; Psychic truth; Elasticity of technique; The in-session analyst's work; The analyst's humility and patience

Resumen

La verdad psíquica y el trabajo del analista en sesión

El trabajo afronta uno de los temas más afectados por la cultura postmoderna, la crisis de la racionalidad y de la verdad, e intenta reformular su lugar en el seno de la clínica psicoanalítica y específicamente en el trabajo del analista durante la sesión. En este sentido, el autor entiende como necesaria la expresión *verdad psíquica*, diferenciándola de los conceptos de *verdad histórica* de Freud y de *verdad narrativa* de Spence ya que este concepto de *verdad psíquica* especifica el ámbito propio del psicoanálisis, es decir, el reconocimiento de la realidad psíquica del individuo. Y es precisamente la delimitación de este ámbito que permite al psicoanálisis conceptualizar los aspectos de la vida psicoafectiva de la mente inconsciente del ser humano con criterios de significación y esquemas referenciales propios. El autor recorre el pensamiento de Freud sobre el tema, especialmente en *Construcciones en análisis* y lo intercala con las aportaciones sobre el mismo de Ferenczi, en *La elasticidad de la técnica psicoanalítica* y *El problema del fin del análisis* donde aborda la cuestión de la humildad y la paciencia en el saber del analista que abren las puertas a las contribuciones de autores posteriores como Balint, Winnicott y el propio Bion.

Palabras clave: Postmodernismo; Verdad psíquica; Elasticidad de la técnica; Trabajo del analista en sesión; Humildad y paciencia del analista

Referências

- Antonelli, G. (1997). *Il mare di Ferenczi*. Roma : Renzo Editore.
- Aulagnier, P. (1986). *Un problème actuel: Les cosntructions psychanalitiques*. Paris : Ramsay.
- Balint, M. (1961). *Psychotherapeutique techniques in medicine*. London: Tavistock Publications.
- Baranger, M. (1992). La mente del analista, de la escucha a la interpretación. *Rev. APA*, T. XLIX, 2.
- Bion, W. R. (1970). *Attenzione e interpretazione*. Armando: Roma.
- Chianese, D. (1997). *Costruzioni e campo analitico*. Borla: Roma.
- Ferenczi, S. (1919). La técnica psicoanalítica. In *Obras completas*, Tomo II, Espasa-Calpe, Madri.
- Ferenczi, S. (1928). El problema del fin del análisis. In *Obras completas*, Tomo IV, Espasa-Calpe, Madri.
- Ferenczi, S. (1928). Elasticidad de la técnica psicoanalítica. In *Obras completas*, Tomo IV, Espasa-Calpe, Madri.

- Ferenczi, S. (1929). Principios de relajación y neocatarsis. In *Obras completas*, Tomo IV, Espasa-Calpe, Madri.
- Ferenczi, S. (1931). Análisis de niños con los adultos. In *Obras completas*, Tomo IV, Espasa-Calpe, Madri.
- Ferenczi, S. (1932). *Diario clinico*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Ferenczi, S. & Rank, O. (1924). Perspectivas del psicoanálisis. In *Obras completas*, Tomo III, Espasa-Calpe, Madri.
- Freud, S. & Ferenczi, S. (1919-1933). *The correspondence*. Vol. 3. Cambridge, MA/ London: The Belknap Press, 1996.
- Freud, S. (1899). *Sobre los recuerdos encubridores*. Buenos Aires: Amorrortu, III.
- Freud, S. (1900). *La Interpretación de los Sueños*. Buenos Aires: Amorrortu, IV.
- Freud, S. (1912). *Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico*. Buenos Aires: Amorrortu, XII.
- Freud, S. (1926). *¿Pueden los legos ejercer el análisis?* Buenos Aires: Amorrortu, XX.
- Freud, S. (1934-1938). *Moisés y la religión monoteísta*. Buenos Aires: Amorrortu, XXIII.
- Freud, S. (1937). *Análisis terminable e interminable*". Buenos Aires: Amorrortu, XXIII.
- Freud, S. (1937). *Construcciones en el análisis*. Buenos Aires: Amorrortu, XXIII.
- Green, A. (1975). The Analyst, symbolisation and absence in the analytic setting. *Internat. Journal of Psychoanal.* 29: 503-541.
- Grünbaum, A. (1984). *The foundations of psychoanalysis: A philosophical critique*. California: University of California Press.
- Grünbaum, A. (1993). *Validation in the clinical theory of psychoanalysis: A study in the philosophy of psychoanalysis*. Madison: International Universities Press.
- Hale, N. G. Jr. (1971). *James Jackson Putnam and Psychoanalysis*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Martín-Cabré, L. (1999). Il contributo di Ferenczi al concetto di controtransfert. In F. Borgogno, *La partecipazione emotiva dell'analista*. Milão: Angeli.
- Meltzer, D. (1976). *Il processo psicoanalitico*. Roma: Borla.
- Pérez-Sánchez, A. (2001). Verdad psíquica. In *Anuario Ibérico de Psicoanálisis*. Madri: NCF Textos.
- Popper, K. R. (1963/1991). *Conjeturas y refutaciones. El desarrollo del conocimiento científico*. Buenos Aires: Paidós.
- Popper, K. R. (1974). "Replies to my critics". In Paul Arthur Schilpp (Ed.), *The philosophy of Karl Popper* (Vol. 2, pp. 961-1197). La Salle, IL: Open Court.
- Spence, D. P. (1982). *Verità narrativa e verità storica*. Firenze: Martinelli.
- Speziale-Bagliacca, R. (1997). *Colpa*. Roma : Astrolabio.
- Stern, D. B. (1997). *Unformulated experience: from dissociation to imagination in psychoanalysis*. Hillsdale, NJ: Analytic Press, 312 p.

Viderman, S. (1970). *Construction de l'espace psychanalytique*. Paris : Ed. Denoel.

Winnicott, D. W. (1971). *Realidad y juego*. Barcelona: Ed. Gedisa.

Yankelovich, D. & Barrett, W. (1971). *Ego and Instinct*. New York: Vintage Books.

Recebido em 22/06/2018

Aceito em 22/08/2018

Tradução de **Ernani Ssó**

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Vânia Dalcin**

Luis Jorge Martín Cabré

Calle Joaquín Bau, 7 – 9º

28036 – Madrid – España

ljmartin@telefonica.net

© *Luis Jorge Martín Cabré*

Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA